



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

O CIRCUITO INFERIOR E O MEIO CONSTRUÍDO NAS PEQUENAS
CIDADES DO SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO

PAULO VITOR NASCIMENTO DE FREITAS

João Pessoa – PB

Abril de 2013

PAULO VITOR NASCIMENTO DE FREITAS

O CIRCUITO INFERIOR E O MEIO CONSTRUÍDO NAS PEQUENAS
CIDADES DO SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO

Monografia apresentada à
Coordenação do Curso de
Geografia da Universidade Federal
da Paraíba, para obtenção do grau
de bacharel em Geografia.

ORIENTADOR: ANIERES BARBOSA DA SILVA

João Pessoa – PB

Abril de 2013

Termo de Aprovação

PAULO VITOR NASCIMENTO DE FREITAS

Monografia apresentada à
coordenação do Curso de
Geografia da Universidade Federal
da Paraíba, para obtenção do grau
de bacharel em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva (DGEOC/UFPB)
Orientador

Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia (DGEOC/UFPB)
Examinadora

Msc. Sonale Vasconcelos de Souza (PPGG/UFPB)
Examinadora

NOTA: _____

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida nenhuma, agradeço primeiramente a Deus, o Senhor da minha vida, que me capacita a cada momento para que eu venha crescer intelectualmente e como pessoa. Sem Ele eu não sou nada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva, ofereço minha sincera gratidão pelos ensinamentos, orientações e pelo constante acompanhamento durante a pesquisa. Também agradeço à coordenadora do Grupo de Pesquisa *Gestar: trabalho, território e cidadania*, Prof^a Dr^a Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, que gentilmente cedeu o automóvel do Grupo de Pesquisa para a realização da viagem de estudo; e a Prof. Dra. Christiane Moura pela oportunidade que me deu no início do curso.

Agradeço também aos meus amigos geógrafos e também aos não-geógrafos, bem como à minha companheira de pesquisa Karol Silva pela rica troca de idéias.

Também gostaria de agradecer a minha família, sobretudo a meu pai Severino e minha mãe Graça pelo apoio e incentivo nos estudos. Especialmente, agradeço a meu avô Manoel (*in memoriam*) que, mesmo não estando mais entre nós, foi uma das minhas maiores motivações antes e durante o curso.

Não poderia deixar de agradecer também à minha namorada Adinaada pelo incondicional companheirismo e motivação constante.

RESUMO

O presente trabalho objetiva entender a dinâmica do circuito inferior da economia e as mudanças no meio construído das pequenas cidades do Seridó Ocidental da Paraíba no contexto da globalização contemporânea. Decorreu de alguns procedimentos metodológicos, como: pesquisa bibliográfica, leituras e fichamentos, coleta de dados secundários e primários (pesquisa de campo). O Estado da Paraíba conta atualmente com 223 cidades. Desse total, mais de 80% é considerado cidades pequenas, as quais vêm se reproduzindo principalmente por meio de atividades econômicas de pequenas dimensões que garantem a sobrevivência das populações mais pobres, como ocorre nas cidades pesquisadas. A área de estudo é formada por seis cidades pequenas localizadas na microrregião do Seridó Ocidental paraibano, com destaque para a cidade de Santa Luzia, que apresenta o maior número de atividades nos setores de serviços e comércio, bem como em contingente populacional. Economicamente, a Microrregião é rica em minerais que são comercializados nos mercados nacionais e mundiais. Com o trabalho, chegamos a algumas constatações, dentre as quais podemos citar: no Seridó Ocidental paraibano a maioria dos habitantes tem uma renda relativamente baixa, existem poucos assalariados e parte expressiva está ocupada em atividades do circuito inferior da economia; é esse circuito inferior que tem oferecido à população mais pobre a possibilidade de ter renda e, dessa forma, poder sobreviver e consumir; o meio construído das cidades pequenas da área de estudo não são desvalorizados nem degradados, mas são não-valorizados, uma vez que nem sequer chegaram a ser valorizados; destacamos também a importância das rendas oriundas de transferências governamentais como o programa bolsa família e a previdência social, que agregam riqueza à economia urbana e funcionam como importante fonte de renda (primária ou secundária) para as classes mais pobres.

Palavras-chave: circuito inferior; meio construído, Seridó Ocidental Paraibano

ABSTRACT

This study aims to understand the dynamics of the lower circuit of the economy and changes in the built environment of small towns in the West Seridó of Paraíba in the context of contemporary globalization. This work resulted from some methodological procedures, such as literature, readings and underlined, collecting secondary and primary data (field research). The State of Paraíba currently has 223 urban centers. Of this total, more than 80% is considered small towns, which are reproducing mainly by small-scale economic activities that ensure the survival of the poor, as occurs in the cities surveyed. The study area consists of six small towns located in the micro Seridó paraibano West, especially the city of Santa Luzia, with the largest number of activities in the sectors of trade and services, as well as populous. Economically, Microregion is rich in minerals that are sold in national and world markets. With work, we came to some findings, among which we can mention: the Western Seridó paraibano most residents have a relatively low income, few employees and a significant proportion is occupied on the lower circuit activity of the economy; circuit that is lower than has offered the poorest people the ability to have income and thus to survive and consume, the built environment of small towns in the study area are not degraded or devalued, but are non-valued, since not even reached be valued; highlight the importance of incomes from government transfers as the scholarship program and family welfare, which add richness to the urban economy and serve as important source of income (primary or secondary) to the poorer classes.

Key-words: lower circuit; built environment; Seridó Ocidental Paraibano

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01: Localização geográfica da área de estudo	12
Quadro 01: Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos	23
Quadro 02: Classificação das cidades pesquisadas a partir das atividades de comércio e de serviços disponibilizados (2011).....	49
Fotografia 01: Carroça (veículo à tração animal) contrastando com automóveis e motocicletas em Santa Luzia (PB).....	29
Fotografia 02: Fachada de lojas comerciais no centro da cidade de Santa Luzia	45
Fotografia 03: produtos à venda em comércio de base familiar na cidade de São José do Sabugi.....	45
Gráfico 01: Gráfico representativo do Produto Interno Bruto per capita dos municípios da microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba (2010).....	35
Grafico 02: Avaliação dos serviços médico-hospitalar.....	37
Grafico 03: Pirâmide etária da microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba (2010).39	
Gráfico 04: Local de trabalho dos comerciantes pesquisados.....	47
Gráfico 05: Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas ocupadas (2010)	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: População urbana e rural e densidade demográfica dos municípios do Seridó Ocidental paraibano no ano de 2010.....	33
Tabela 02: Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM) do Seridó Ocidental da Paraíba no ano de 2010	35
Tabela 03: Incidência da Pobreza nos municípios do Seridó Ocidental Paraibano no ano de 2003	38
Tabela 04: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da microrregião do Seridó Ocidental em 2011 e projeções (2011 e 2015)	41
Tabela 05: Número de empresas e de outras organizações comerciais existentes nos municípios do Seridó Ocidental paraibano (2006)	44
Tabela 06: Meios de comunicação existentes nos municípios do Seridó Ocidental Paraibano (2007).....	52

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CNM – Confederação Nacional dos Municípios

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

PIB – Produto Interno Bruto

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEB – Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

REGIC – Regiões de Influência das Cidades

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: OS APORTES TEÓRICOS: A PEQUENA CIDADE E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA	14
1.1 As pequenas cidades	15
1.2 O circuito inferior da economia urbana	21
CAPÍTULO 2: O MEIO CONSTRUÍDO, OS FLUXOS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS PEQUENAS CIDADES DO SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO	26
CAPÍTULO 3: A SOCIOECONOMIA NAS PEQUENAS CIDADES DO SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	57

INTRODUÇÃO

“A história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar; desse urbano que em outros lugares pode tardar a chegar.”

Milton Santos (1998, p. 71)

Na segunda metade do século passado, um dos mais conceituados geógrafos da história vislumbrou uma importante teoria da urbanização dos países do Terceiro Mundo. Formulada na década de 1970, a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos de Milton Santos é considerada, pelo autor, como resultado da revolução tecnológica pós Segunda Guerra Mundial que proporcionou, principalmente a partir da década de 70, a expansão de um meio técnico-científico-informacional enquanto elemento estruturante do território e da sociedade. Os circuitos superior e inferior, diferindo essencialmente no grau de tecnologia e informação, são subsistemas que formam um só sistema econômico (Santos, 2008; 1998).

Essa revolução tecnológica impôs uma reorganização produtiva que tem sido uma das causas do inchaço do setor terciário em cidades grandes e médias. Nas cidades pequenas esse fenômeno também tem sido observado. No entanto, apresenta diferenças tanto pela menor diversificação de atividades quanto pela intensidade como elas se manifestam.

Hoje, isto é, no atual contexto da globalização contemporânea, com a inserção e expansão de novas variáveis no tabuleiro do jogo econômico – finança, consumo, publicidade, informação –, o meio construído tem sofrido alterações, seja nos grandes e médios ou nos pequenos centros urbanos. Assim, existe a necessidade de se estar sempre (re)pensando esses espaços, uma vez que a aceleração contemporânea, que “impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das idéias” e “acrescentou novos itens à história” (SANTOS, 1998, p. 30), tende a proporcionar cada vez maiores e mais rápidas alterações.

Dessa forma, o presente trabalho objetiva entender a dinâmica do circuito inferior da economia e as mudanças no meio construído das pequenas cidades do Seridó Ocidental da Paraíba no contexto da globalização contemporânea. Esperamos compreender qual o papel que este circuito desempenha na sobrevivência das famílias mais pobres, na economia urbana e na própria organização espacial da área de estudo.

É importante ressaltar que este trabalho está articulado a um projeto do qual fiz parte como bolsista PIBIC/CNPq durante o período de agosto de 2010 à julho de 2011, intitulado “*O circuito inferior e o meio construído das cidades pequenas do semi-árido paraibano na contemporaneidade*”. O interesse pelo estudo surgiu com as diversas leituras efetuadas, bem como da preocupação em melhor compreender a dinâmica socioeconômica das cidades do semiárido nordestino a partir do entendimento da manifestação do circuito inferior nesses espaços. Também consiste num duplo esforço de valorização: da própria teoria dos circuitos econômicos e do estudo das pequenas cidades.

Sobre o primeiro, consideramos que a teoria dos circuitos econômicos, embora usada e aplicada por vários estudiosos, foi de certa forma abandonada ao longo dos anos¹. Assim, pensamos que existe a necessidade de valorizar e fazermos uso de teorias elaboradas por autores dos países do sul – como é o caso da teoria dos dois circuitos econômicos – isto é, vislumbradas por um geógrafo brasileiro, em vez de simplesmente importarmos teorias e metodologias de pesquisa dos países industrializados que não dêem conta das singularidades e das diferenças significativas existentes entre estes e os países pobres, como se existisse “um sapato para todos os tamanhos de pés”. Como alerta Salvador (2011), negligenciar essa teoria em prol do uso de teorias exteriores à realidade sobre a qual ela foi concebida acaba por resultar em análises esquizofrênicas da cidade.

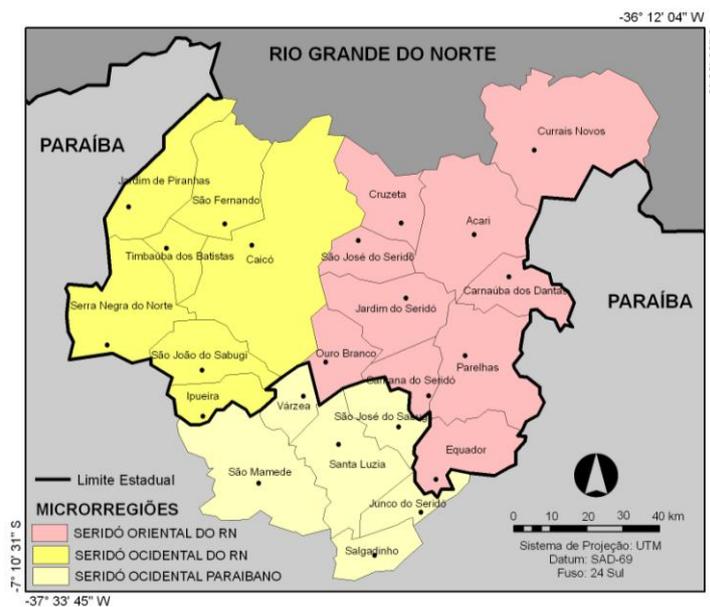
Sobre a segunda, acreditamos que as pequenas cidades não têm tido a devida atenção por parte dos estudiosos, uma vez que com frequência se privilegia apenas os grandes e médios centros urbanos em detrimento do estudo dos pequenos. Julgamos ser importante atentar para a vida e as atividades contidas nas pequenas cidades, na perspectiva de compreender como o fenômeno urbano nelas se manifesta.

O Estado da Paraíba conta atualmente com 223 cidades. Desse total, mais de 80% é considerado cidades pequenas, as quais vêm se reproduzindo principalmente por meio de atividades econômicas de pequenas dimensões que garantem a sobrevivência das populações mais pobres, como ocorre nas cidades pesquisadas.

¹ “[...] podemos [...] dizer que a teoria [dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos] foi mais esquecida que debatida, foi mais abandonada que superada, dada a ausência de uma ampla discussão sobre ela” (Sposito, 1999, p.50 *apud* Salvador, 2011, p. 6).

A área de estudo é formada por seis cidades pequenas localizadas na microrregião do Seridó Ocidental paraibano (Mapa 01), com destaque para a cidade de Santa Luzia, que apresenta o maior número de atividades nos setores de serviços e comércio, bem como em contingente populacional. Economicamente, a Microrregião é rica em minerais que são comercializados nos mercados nacionais e mundiais.

Mapa 01 - Localização geográfica da área de estudo



Fonte: Lepan/DGEOC/UFPB
Elaboração: Richarde Marques, 2009.

O presente trabalho decorreu de alguns procedimentos metodológicos. Inicialmente, realizamos uma revisão bibliográfica no intuito de ampliarmos o conhecimento teórico sobre os conceitos que norteiam a pesquisa. Nesta etapa, foram fundamentais as leituras e os fichamentos de textos referentes ao circuito inferior da economia urbana, tendo como referência diversos autores, como, por exemplo, Milton Santos (1981, 1982, 1996, 1998, 2008) Maria Laura da Silveira (2008, 2009), Diego Salomão C. O. Salvador (2011), Marina Regitz Montenegro (2006), dentre outros, que desenvolveram estudos sobre a temática em tela. Além disso, a leitura de textos e artigos que abordam questões relacionadas à pequenas cidades – como por exemplo a tese de doutorado de Ângela Maria Endlich (2006) e o livro “Pequenas cidades: uma

abordagem geográfica” de Silva, Gomes e Silva (2009) – foram imprescindíveis, uma vez que possibilitaram maior conhecimento sobre esse peculiar universo.

Outro procedimento metodológico fundamental na realização da pesquisa foi a coleta de dados secundários. As informações obtidas tiveram como objetivo um maior conhecimento da realidade socioeconômica da área de estudo, isto é, as cidades pequenas do Seridó Ocidental da Paraíba. Os dados foram coletados nos sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Somando-se a estas atividades, realizamos uma viagem de estudo nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2011, com o objetivo de coletar dados primários a partir da observação empírica, das conversas informais e da aplicação de 36 formulários a moradores e comerciantes das cidades que integram o recorte espacial da pesquisa. Além disso, também fizemos um levantamento dos equipamentos urbanos, de comércio e de serviços existentes, bem como registros fotográficos de áreas das cidades visitadas. Cabe esclarecer que a quantidade de pessoas inquiridas não foi pautada por nenhuma intenção amostral. O interesse maior foi o contato com a realidade vivenciada pelos comerciantes e moradores das cidades, além da consolidação dos dados secundários pesquisados em outras fontes de informação. A viagem de estudo teve o seguinte roteiro: a) dia 23 de fevereiro – João Pessoa/Santa Luzia – Santa Luzia/Várzea – Várzea/São Mamede – São Mamede/Santa Luzia, e b) dia 24 de fevereiro – Santa Luzia/São José do Sabugi – São José do Sabugi/Junco do Seridó – Junco do Seridó/Salgadinho – Salgadinho/João Pessoa.

Assim, o trabalho ora apresentado está estruturado em três partes. A primeira está constituída pelos aportes teóricos da pesquisa, isto é, aqueles sobre os quais alicerçamos nosso trabalho, envolvendo o conceito de circuito inferior e o de pequena cidade; este capítulo também foi construído numa esperança de contribuição futura ao estudo destes temas por parte de outros pesquisadores. Na segunda parte, teceremos considerações sobre o papel do meio construído e dos fluxos na organização espacial das pequenas cidades que compõem o Seridó Ocidental paraibano. Na terceira parte, traçaremos um perfil sócio-econômico dessas cidades, a partir de dados demográficos, econômicos, de organização política e de indicadores sociais.

CAPÍTULO 1

OS APORTES TEÓRICOS: A PEQUENA CIDADE E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA

1.1 As pequenas cidades

Estudar pequenas cidades não é uma tarefa fácil. O estudioso que se debruça por esse objeto encontra vários fatores dificultantes para a sua pesquisa, que vão desde a ausência de dados estatísticos oficiais (e quando existem dizem respeito com frequência ao município como um todo, e não apenas à área urbana) e a dificuldade em se encontrar estudos sobre o tema – apesar de vários autores já terem reservado parcela de sua produção científica a esse importante segmento do urbano – até as enormes distinções existentes entre os parâmetros, características e definições gerais de cidade e a realidade das consideradas pequenas.

Atrela-se o fato de que as definições utilizadas por alguns estudiosos e por órgãos oficiais, como o IBGE, valem-se apenas da dimensão populacional quantitativa, isto é, o número de habitantes. Tem sido comum considerar uma pequena cidade como sendo aquela que não ultrapassa dez mil ou vinte mil habitantes. Consideramos este limiar insuficiente para definir uma pequena cidade, e está longe de levar em conta sua verdadeira complexidade.

Além disso, não raras vezes se verifica uma confusão entre cidade e município, utilizados em algumas ocasiões como sinônimos. É necessário considerar que, no Brasil, do ponto de vista administrativo, toda cidade é sede municipal, e não necessariamente equivale à população urbana. A população do município consiste na urbana e na rural, e a urbana equivale não só as cidades como também às vilas, caso existam.

Mas para que seja possível a compreensão da pequena cidade em sua complexidade é necessário primeiro entendermos o que é cidade. Esta última consiste numa tarefa ainda mais difícil, uma vez que se situa em um nível de abstração ainda maior; e todo esforço de generalização pode conduzir a equívocos. Talvez o mais aconselhável seria fazermos um exercício de *aproximação*, como nos orienta Souza (2008), uma vez que qualquer cidade pode se revelar como um caso particular dependendo do histórico de urbanização. Segundo Silva, Gomes e Silva (2009, p. 44),

Num primeiro momento, a cidade era compreendida como uma reunião de duradoura de homens e de moradias, que ocupam uma grande superfície e se encontram em uma encruzilhada de grandes vias comerciais. Ou então, como um agrupamento humano cujos meios de existência normais consistem na concentração de formas de trabalho que não estão consagradas à agricultura, e sim ao comércio e

à indústria. Essas duas compreensões seguem uma linha de pensamento que, historicamente, vem procurando definir a cidade sob o prisma da oposição entre o urbano e o rural.

Por acaso não existiriam aquilo que Souza (2008, p. 27) chama de “extravagância espacial”, isto é, atividades tipicamente rurais no meio urbano? A primeira impressão pode-se dizer que essas “extravagâncias” são comumente presentes em pequenas cidades, mas elas também podem ser observadas em cidades maiores como Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza. Assim, tal concepção não é capaz de explicar a dinâmica e o funcionamento de uma cidade em toda sua totalidade.

A cidade contemporânea é ainda mais rica de processos e variáveis que aumentam seu grau de complexidade. Santos (1998) verifica o surgimento de um meio técnico-científico-informacional no contexto da revolução tecnológica após a Segunda Guerra Mundial que acrescenta ainda mais variáveis ao estudo do espaço urbano. Também se tem verificado a crescente concentração populacional existente nas cidades, ao mesmo tempo em que o campo se esvazia. A velocidade com que se dão as circulações de informações, de pessoas e de mercadorias, atrelada ao papel que assume hoje a publicidade, o crédito e, conseqüentemente, o consumo na economia de mercado, implica em novas realidades urbanas.

Milton Santos (1982) já atentava, em sua obra “Espaço e Sociedade”, em um capítulo destinado ao estudo do que ele chama de cidades locais (denominação que ele confere às pequenas cidades; veremos isso mais a frente) na América Latina. Segundo Santos (1982, p. 71), “para que uma cidade exista deve haver necessidades que exijam ser satisfeitas regularmente”; ou seja, é necessária a criação, na cidade, de “atividades regulares especialmente destinadas a responder a essas necessidades”. Esse autor ainda acrescenta que explicar o nascimento de cidades a partir da produção de excedente – visão perpetuada por alguns até hoje – não condiz mais com as atuais condições do mundo moderno onde, para ele, “as necessidades são satisfeitas com ou sem a existência de um excedente” (SANTOS, 1982, p. 72).

Souza (2008) acrescenta mais alguns pontos interessantes à discussão. Para além de uma concepção econômica, a cidade seria

um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base

na identificação entre certos recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar (SOUZA, 2008, p. 28).

[...]

As cidades têm sido, ao longo da história da humanidade, locais onde o tesouro da criação intelectual (artística, científica e tecnológica) das várias sociedades e culturas tem tendido a se concentrar cada vez mais (Ibid, 2008, p. 154)

É pensando dessa forma que nas reflexões que encaminhamos ao longo do texto a cidade será entendida como uma totalidade e, também, “como o lugar da produção e reprodução da vida social e como o lugar da própria vida, compreendendo o homem em todas as dimensões, para além do trabalho e do consumo” (ARROYO, 2008, p. 1). Além disso, é preciso saber que esta está inserida num contexto regional, nacional e mundial, ou seja, fazem parte de um todo e como tal são integrantes e interagentes.

Enfim, como já havia alertado anteriormente, a definição de cidade envolve variáveis muito complexas, principalmente quando se considera os diferentes contextos em que pode estar inserida e o histórico de urbanização que sofreu. Assim, nos preocupamos em fazer apenas uma aproximação conceitual, visto não termos como objetivo principal oferecer uma definição acabada. Mas, quanto à pequena cidade, seria ela menos difícil de definir por se situar em um nível de abstração mais baixo? A tarefa também é complicada, principalmente em âmbito global.

No Brasil, onde a cidade é a sede do município (que recebe seu nome), a aprovação da Constituição Federal de 1988, que atribui aos Estados da Federação a responsabilidade pela criação de novos municípios, acarretou em uma exagerada ocorrência de desmembramentos e criação destes (com vários problemas e quase todas as sedes municipais consideradas como pequenas cidades), mesmo com a aprovação da Emenda Constitucional nº 15 de 12 de setembro de 1996, que institui a obrigatoriedade de se consultar previamente a população envolvida para a elaboração de um estudo de viabilidade municipal (SILVA; GOMES; SILVA, 2009).

A Microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba, onde está inserida a nossa área de estudo, passou por alguns desmembramentos. Segundo o IBGE, os municípios de Santa Luzia e de Salgadinho desmembram-se de Patos. E os municípios de Junco do Seridó, Várzea, São José do Sabugi e São Mamede desmembram-se de Santa Luzia. Portanto, com exceção do município de Salgadinho, os demais municípios da Microrregião faziam parte de Santa Luzia. Essa fragmentação do território, apesar de

apresentar aspectos muito positivos em alguns casos, também pode se constituir como altamente danosa aos novos municípios, na medida em que muitos destes são criados mesmo sendo carentes de recursos e infra-estrutura suficiente para dar conta de uma autonomia político-administrativa. Por isso, na área de estudo há uma dependência dos municípios em relação à Santa Luzia ou de outros municípios próximos e com melhor estrutura de comércio e serviços, como será apresentado no terceiro capítulo.

Como já foi visto anteriormente, o critério utilizado por alguns estudiosos e por órgãos oficiais, como o IBGE, para a definição de pequena cidade leva em conta apenas o caráter numérico, isto é, o número de habitantes. Para evitar o uso deste perigoso critério, Santos (1982, p. 69) prefere usar outro termo, o de *idades locais*, uma vez que, para ele, o termo cidade pequena pode gerar, à primeira impressão, uma associação com a noção de volume da população. Para o autor, uma cidade local “é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço” (SANTOS, 1982, p. 71). Mas o que seriam as necessidades inadiáveis? Ainda segundo esse teórico, elas se constituem como necessidades vitais mínimas² que podem ser tanto reais como criadas e que, muitas vezes, são impostas de fora da comunidade. Assim, entendemos que as variáveis consumo, crédito e publicidade têm muito peso no estudo das grandes, médias e pequenas cidades, uma vez que têm permitido o aumento de uma espécie de escassez de bens “primordiais” inventada³.

No que diz respeito à dinâmica da pequena cidade, podemos dizer que pode ser definida como regida por um “tempo lento”, isto é, um tempo em contraposição à vida

² Segundo Olanda (2008, p. 188), “o que constitui as necessidades mínimas tem variado muito e de acordo com a intensidade da expansão da sociedade de consumo, cada vez mais são criadas e re-criadas necessidades, portanto, estas variam de acordo com o espaço e com o tempo. Em resumo, na sociedade de consumo, as necessidades mínimas são continuamente alteradas.”

³ É possível entender como se dá a consolidação do circuito inferior nas pequenas cidades, no contexto da globalização contemporânea, ancorando-se no papel que a propaganda e o crédito assumem na mesma. Hoje sabemos que cada vez mais se tornam escassos bens primordiais como saúde, educação, previdência e cultura. Silveira (2008) destaca que a produção dessa escassez parece ter duas vertentes: a escassez que realmente existe, como resultado da falta de bens necessários à existência de um indivíduo, e a sensação de escassez criada pela força da propaganda e do crédito. É por meio dessas duas vertentes que se intensifica a produção e o consumo de bens de menor valor indispensáveis, ou até mesmo tornado indispensáveis, pelo já citado efeito da propaganda. Nesse sentido, consolida-se o circuito inferior em pequenas cidades, uma vez que, como veremos mais adiante, o incipiente alcance do circuito superior nesses espaços torna o inferior o responsável pela distribuição de bens modernos, ainda que, em alguns casos, sejam “imitações”.

cosmopolita das grandes cidades. A vida tende a ser “desacelerada”, marcada por relações de pessoalidade (uma vez que é comum boa parte da população se conhecer em pequenas cidades, dada a sua pequena dimensão territorial e populacional) na qual modos de vida individualistas e impessoais quase não estariam presentes. No entanto é importante destacar que, para evitar generalizações, a vida em pequenas cidades não pode ser sempre a mesma no tempo e no espaço, isto é, pautada exclusivamente pela tranqüilidade, segurança, etc. Hoje, muitos problemas das grandes cidades, como a violência e a poluição, estão presentes também nas pequenas, ainda mais preocupantes quando se tratam de cidades sobre as quais pesam a não obrigatoriedade de elaboração de um Plano Diretor (para cidades com população inferior a vinte mil habitantes), a ausência ou incipiente atuação da Defesa Civil, Guarda Municipal, Conselho Tutelar ou Juizado de Pequenas Causas, além de órgãos responsáveis pela política habitacional e de meio ambiente.

Além disso, Santos (2008) nos faz refletir sobre outros fatores que indicam que na pequena cidade não existe menos vulnerabilidade social do que na grande, assim como pensam alguns. Ao explicar a tendência da grande cidade em concentrar populações pobres e suas esperanças insatisfeitas, o autor menciona alguns fatos que tornam estes mais vulneráveis na cidade pequena do que na grande, a saber: a repartição das tarefas econômicas entre as diversas cidades associada aos efeitos da distância e das disparidades de renda.

Compartilhamos do mesmo pensamento de Endlich (2006, p. 87), quando diz que “apesar do número de habitantes não ser um elemento seguro para definir a existência de uma cidade, estabelecer um patamar demográfico mínimo serve como ponto de referência, desde que não seja um critério isolado e rígido”. Desse modo, entendemos que uma cidade deve ser considerada grande, média ou pequena não somente a partir do número de habitantes ou do tamanho territorial – embora estes também devam ser considerados – mas também a partir de seus conteúdos econômico, político e social e do seu papel na divisão do trabalho, bem como do lugar que ocupa na hierarquia urbana regional. Nos dizeres de Santos (1981, p. 15), “um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define”.

É importante que se destaque o papel e a importância das cidades brasileiras que têm até vinte mil habitantes, visto que, apesar de terem pouca expressividade

demográfica são, em número, as mais expressivas. Nesse aspecto, o Nordeste brasileiro se sobressai, pois é uma das regiões que apresenta o maior número de pequenas cidades. Na Paraíba, onde está localizada a área de estudo, mais de 80% dos centros urbanos são considerados como pequenas cidades.

Endlich (2006), em trabalho sobre os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná, alerta:

O conceito de pequena cidade é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimos (ENDLICH, 2006, p. 85).

Pensando a pequena cidade a partir dessa concepção, ela se situaria no limite do que pode ser chamado de cidade, mas atendendo as “exigências” para ser considerada como uma. Estando nesse limite tão inferior e, no caso das cidades aqui estudadas, tão distantes dos grandes centros urbanos, estaria ela e sua população, de alguma forma, excluída? Falar puramente de exclusão em um mundo em que a globalização tem permitido cada vez mais a aproximação dos lugares e estes do capital não me parece o termo mais adequado. Considerar esses lugares como espaços ociosos e do ócio, improdutivos e que não tem nenhum significado na rede urbana também não condiz com a realidade. Segundo Corrêa (1999, p. 44),

os investimentos, pensados e programados segundo uma perspectiva global, criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas das quais a rede urbana é a expressão mais contundente. Trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização, na qual cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção [...], produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais como, entre outras tantas, a Coca-Cola, IBM, Nestlé, Phillips Morris, Unilever, Exxon, General Motors, Adidas, FIAT e Toyota. E também por intermédio da rede bancária articulada globalmente.

Uma das contradições que ocorre, na verdade, consiste em uma deformação no âmbito do processo de desenvolvimento e modernização tecnológica de um país, principalmente naqueles considerados subdesenvolvidos. Por exemplo, é comum se ouvir falar que a população pobre de uma cidade é excluída. Mas, excluída de que? Do acesso aos benefícios oriundos da modernização tecnológica, a uma habitação digna, a serviços de saúde eficientes e a uma renda mais justa, sim. Do processo de desenvolvimento econômico, não, pois, a rigor, ela está incluída sim, como consumidora explorada. Essa deformação é uma das forças que engendram processos de empobrecimento da população e, ao mesmo tempo, é responsável pela criação e manutenção do circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2008).

Na área de estudo preferimos, assim como Silva, Gomes e Silva (2009, p. 190), considerar as pequenas cidades como espaços de exclusão e segregação social, enxergado do ponto de vista da inclusão perversa no consumo, onde “o sujeito consumidor, mesmo com baixo padrão de consumo, também se faz presente”. É por isso que neste trabalho, diante dos dados socioeconômicos que tivemos a oportunidade de analisar, consideramos a pequena cidade como palco de reprodução de atividades do circuito inferior, conceito que teceremos considerações a seguir.

1.2 O circuito inferior da economia urbana

A economia urbana de países subdesenvolvidos, como o Brasil, pode ser subdividida em dois principais circuitos que se caracterizam pelos investimentos, trabalho produzido etc., ou seja, condições materiais e imateriais que eles mesmos criam e que permitem o desenvolvimento das mais diversas atividades (SANTOS, 2008). O circuito superior e o circuito inferior são evidenciados tanto em grandes como em pequenas cidades, sendo que apresentando diferenças no grau de intensidade.

Segundo Santos (2008), o circuito superior é detentor de uma solidariedade organizacional, uma forte publicidade e com um denso fluxo de capital, com sua produção na maioria dos casos orientada à exportação e comandados por atores hegemônicos, como bancos, instituições financeiras, indústrias, serviços e comércio modernos. Já o circuito inferior, derivado do superior, é caracterizado por uma solidariedade orgânica e constituído por atividades de fabricação, comércio e serviços

com baixo fluxo de capital e por atividades informais com um horizonte de mercado pequeno. Este é trabalho-intensivo; aquele é capital-intensivo. Apesar das diferenças no que se refere à intensidade da técnica, da ciência e do capital, esses dois circuitos mantêm uma intrínseca relação, seja do ponto de vista da complementaridade, da concorrência ou da hierarquização, sendo o circuito inferior altamente dependente do circuito superior. Cabe esclarecer que é possível considerar a existência de um circuito superior marginal, no qual se fazem presentes características tanto do circuito inferior quanto do circuito superior, embora esteja mais ligado ao último circuito que é constituído por atividades que tendem a se multiplicar com o processo de globalização.

O circuito inferior, hierarquicamente subordinado ao superior, ao contrário deste, tem raízes no próprio lugar, visando suprir demandas de uma população local e mais pobre e que, assim, configura uma divisão do trabalho que é operada pelo próprio lugar. Tem uma organização primitiva, operando com capitais reduzidos, pessoal muitas vezes não-assalariado e, freqüentemente, sem especialização. O quadro 1 compara as características dos circuitos superior e inferior.

Se, como já dissemos, estudar pequenas cidades torna-se uma tarefa difícil em parte devido à ausência de dados sobre as mesmas, incorrer no estudo do circuito inferior não o é menos, em grande parte devido a razões da mesma natureza. Ao abordar os problemas do circuito inferior, Santos (2008, p. 24 e 25) afirma que:

Sem dúvida, defrontamo-nos com a nítida insuficiência dos dados estatísticos concernentes ao circuito inferior da economia urbana [...] Particularmente para o pequeno comércio, a ausência de estatísticas é gritante. Como saber, então, o número, por exemplo, dos agiotas ou dos vendedores autônomos [...]

O problema, aliás, apresenta múltiplos aspectos. Por um lado, as estatísticas oficiais não levam em conta as atividades da economia pobre das cidades; por outro lado, os dados obtidos em outras fontes nem sempre são utilizáveis sem crítica ou sem o complemento de outros tipos de informação: a falta ou a debilidade dos conceitos concernentes aos fenômenos a serem estudados são, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da insuficiência estatística.

Quadro 1 - Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

<i>Variáveis</i>	<i>Circuito Superior</i>	<i>Circuito Inferior</i>
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	peçoal não-institucional
Margem de lucro	reduzida o por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização dos bens	nula	freqüente
Overhead capital	índispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: Adaptado de Santos, 2008.

Quando se fala em circuito inferior, ocorre que muitas vezes faz-se uma confusão entre este e a idéia de setor informal, que diz respeito às atividades não-legalizadas, isto é, sem firma registrada, sem empregados amparados por direitos

trabalhistas, nem contribuição na tributação. As atividades do circuito inferior podem incluir elementos tanto da dita economia “formal” como também da “informal”, mesclados ou não. Um dos principais diferenciais do conceito de circuito inferior frente ao de setor informal é o fato de levar em consideração a concepção de poder numa economia de mercado. Agrega, portanto, a idéia de hegemonia e hegemonização, a qual possibilita melhor entender o mecanismo de produção e sustentação de tais circuitos seja enquanto concorrentes, seja enquanto complementares.

Assim, o enfoque da informalidade se revela limitado para responder às indagações que o presente trabalho pretende sanar, isto é, como as atividades deste circuito têm se manifestado na área de estudo e quais as relações delas com as alterações no meio construído no atual período da globalização contemporânea.

Outra confusão que pode ocorrer consiste em caracterizar o circuito inferior como exclusivamente tradicional, chegando a chamá-lo de circuito tradicional. O próprio Milton Santos chegou a usar tal terminologia no início de seus trabalhos sobre a temática, mas logo abandonou, uma vez que não se pode esquecer que a origem e as causas são as mesmas para ambos os circuitos: a modernização tecnológica pós Segunda Guerra Mundial.

No seu esforço de procurar estabelecer características gerais de cada um dos dois circuitos nos países subdesenvolvidos, Santos (2008) admite que cada cidade pode se revelar como um caso particular, dependendo das condições históricas do processo de urbanização (por isso seu esforço em reunir uma enorme quantidade de exemplos das mais diferentes cidades dos países pobres para referendar essa teorização), afirmando que “há tantos casos quantas forem as cidades” (SANTOS, 2008, p. 43). Nesse sentido, acreditamos que as cidades pequenas aqui estudadas apresentam uma dinâmica diferenciada daquela observada nos grandes centros urbanos brasileiros. No entanto, está claro para nós que as características apontadas por ele, apesar de estarem mais presentes em cidades maiores, também podem ser observadas em cidades pequenas como as da área de estudo.

No período atual, ou seja, na globalização contemporânea, existe uma forte tendência à renovação e expansão do circuito inferior. Isso porque, embora não detenha o domínio das variáveis chaves do período atual (finança, consumo, publicidade, etc.), as atividades não hegemônicas características desse circuito também tem feito uso delas. Assim, é muito comum ver, no contexto dessa renovação, a multiplicação de uma

diversidade de novos serviços de reparos e manutenção ligados a objetos técnicos do período atual, além da prestação de pequenos serviços atrelados à demanda moderna (MONTENEGRO, 2006).

Já a expansão deste circuito, aliada à renovação, parte de uma premissa importante: não existe circuito inferior sem o circuito superior, e vice-versa. Ora, o aumento das taxas de desemprego no Brasil, seja pela crescente automatização e robotização de todos os setores da economia – notadamente por parte dos atores hegemônicos do circuito superior – seja pela falta de mão de obra qualificada, conduz ao crescimento de uma enorme porção da população que se abriga no circuito inferior que, embora não ofereça lucros elevados, proporciona a sobrevivência dessa massa, gerando renda e capacidade de consumo nesse mundo capitalista. É o circuito inferior enquanto alternativa frente à incapacidade do modelo econômico adotado em países subdesenvolvidos como o Brasil de ofertar emprego em quantidade compatível com a demanda.

Com relação à presença marcante do circuito inferior em pequenas cidades, Santos (2008) tece algumas considerações. Na sua concepção, a área de influência do circuito inferior tem a tendência a aumentar do centro para a periferia. Nas grandes cidades, o alcance do circuito inferior tende a se confundir com os limites da aglomeração, enquanto as pequenas cidades exercem o essencial de sua influência territorial por intermédio do circuito inferior. Nas pequenas cidades, ainda segundo o autor, como consequência da não penetração das atividades modernas ou da existência de barreiras adversas à difusão dos bens modernos nas zonas de acesso difícil, é ao circuito inferior que cabe o papel de distribuir tanto os bens tradicionais como os modernos, graças a seus mecanismos de adaptação mais flexíveis.

Diante de tais circunstâncias, o que temos em pequenas cidades é uma verdadeira predominância das atividades do circuito inferior, concomitantemente à sua proliferação. Enquanto verdadeiro palco de reprodução de atividades deste circuito, as pequenas cidades dispõem de determinadas condições materiais e imateriais que favorecem esse processo. Os fixos e os fluxos não são da mesma natureza em cidades de qualquer porte; na verdade, existem distinções consideráveis. O capítulo a seguir tem a intenção de mostrar qual a natureza da organização espacial das pequenas cidades estudadas a partir do estudo do papel do meio construído e dos fluxos.

CAPÍTULO 2

O MEIO CONSTRUÍDO, OS FLUXOS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DAS PEQUENAS CIDADES DO SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO

Se o espaço é formado, conforme define Santos (1998), por sistemas de objetos e sistemas de ações indissociáveis, é importante analisar o papel do meio construído e dos fluxos na organização espacial das cidades da microrregião estudada, na perspectiva de entender como se dão em um contexto tão diferenciado daqueles sobre os quais tem pesado a maioria dos estudos que envolvem o meio construído, isto é, as grandes e médias cidades.

Admitimos, neste trabalho, que as diferentes divisões do trabalho contidas no território são comandadas por atores hegemônicos e não-hegemônicos e se dinamiza tanto pelas ações oriundas do circuito superior quanto do circuito inferior. É dessa forma, portanto, que o espaço abriga a totalidade das existências humanas, sendo a cidade um lugar que permite a coexistência dos diferentes, e que abriga uma multiplicidade de redes, fluxos, conexões, projetos, representações e interpretações (ARROYO, 2008 p. 1). Desse modo, o meio construído é aquele em que o território foi (e continua sendo) apropriado e transformado em um meio geográfico substanciado como um meio científico-tecnológico-informacional (SILVA; SILVA, 2010). Logo, é, de fato, um território eivado de ciência. A nosso ver, não se pode compreender o que é o meio construído sem nos remetermos à lógica de funcionamento do sistema técnico contemporâneo, embora seja também resultado de sistemas técnicos herdados, como ressaltados por Silveira (2008). Trata-se, portanto, de uma manifestação urbana diretamente ligada ao uso do território.

Ao analisarem o circuito inferior e o meio construído em cidades pequenas do semiárido nordestino, Silva e Silva (2010) contribuem para esta discussão ao afirmarem que:

O meio construído do período atual ou da globalização contemporânea tem uma tendência a expressar a racionalidade ou a proeminência dos atores hegemônicos, mas que também convive com as ações desenvolvidas por atores não-hegemônicos. A cidade ou o seu meio construído pode ser organizado e reorganizado a partir das dimensões decorrentes da divisão territorial do trabalho. Esse meio é conformado pela justaposição dessa divisão, das técnicas e dos circuitos econômicos (SILVA; SILVA, 2010, p. 143-144).

Segundo Montenegro (2006, p. 111), David Harvey (1982, p. 6) define o ambiente construído como “a totalidade das estruturas físicas presentes no espaço: ruas,

casas, fábricas, escritórios, equipamentos culturais, equipamentos educacionais, parques, sistema de esgoto etc.”. Montenegro (2006) verifica, para a Metrópole de São Paulo, que existem subespaços, notadamente no centro da cidade no âmbito do seu processo de “desvalorização”, sobre os quais as atividades do circuito inferior vêm se expandindo ao mesmo tempo em que as do circuito superior estariam reduzindo sua presença. O motivo seria, justamente, essa desvalorização do meio construído, que autorizaria a consolidação do circuito inferior da economia. Na mesma linha de pensamento e também para a cidade de São Paulo, Silveira (2009, p. 67) usa a expressão “degradação do meio construído”, ao afirmar que o circuito inferior “se desenvolve onde o meio construído está mais degradado”. Concordamos com as autoras a respeito do uso destes termos para as grandes cidades. No entanto, em cidades pequenas, o que acontece é outra coisa.

O meio construído das cidades pequenas da área de estudo não são desvalorizados nem degradados, mas são não-valorizados, uma vez que nem sequer chegaram a ser valorizados. Na verdade, o que ocorre é que não houve o desenvolvimento de um meio construído tal como vemos nas grandes cidades, já que, como foi visto no primeiro capítulo, a realidade urbana dessas pequenas cidades ainda está em formação; os hábitos rurais (muitas vezes bem recentes e expressivos) ainda estão se adequando a um processo de urbanização que ainda é bastante tímido. Assim, é não-valorizado por ser pouco desenvolvido, não por ser degradado. Por isso, os sistemas de ações em pequenas cidades tendem a ser regidos por atores não-hegemônicos, uma vez que são condicionados por sistemas de objetos de um meio construído ainda incipiente, o que reciprocamente também é verdadeiro.

Para complementar esse entendimento, notamos também que no meio construído da área de estudo coexistem elementos técnicos provenientes de temporalidades distintas (fotografia 01). É o meio construído abrigando o velho e o novo, mostrando o tímido processo de transição/adequação dos moradores dessas cidades à vida urbana moderna.

Fotografia 01 - Carroça (veículo à tração animal) contrastando com automóveis e motocicletas em Santa Luzia (PB)



Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2011

A partir da observação de paisagens como essas, tão presentes em pequenas cidades, somos levados a considerar o meio construído, assim como o faz Santos (1998, p. 79) como “um retrato das diversidades das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais”. Essa afirmação é verdadeira porque, para ele, esse meio abarca tanto atividades que exigem informação e modernas infraestruturas como também atividades que se desenvolvem em um tempo lento, com técnicas arcaicas ou tradicionais e sobre infraestruturas incompletas, aparecendo assim como zonas de resistência à modernização, uma vez que nesses espaços, constituídos por formas não atualizadas, “a economia não-hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência” (SANTOS, 1998, p. 79).

As atividades do circuito inferior tendem a se beneficiar das melhorias na infraestrutura criadas em função do circuito rico, isto é, dos atores hegemônicos da economia. Por exemplo, uma melhoria nas rodovias que ligam as cidades da microrregião que, a princípio, é feita para beneficiar o circuito superior que dela precisa para expandir seu mercado, pode beneficiar também o circuito inferior, uma vez que os ocupados neste circuito muitas vezes compram suas mercadorias em outras cidades, ou delas solicita.

A presença de uma infra-estrutura urbana satisfatória – em termos de acessibilidade, da eficiência dos sistemas de transportes e dos sistemas

de comunicações, da estrutura viária etc – geralmente deriva das exigências feitas pelos atores hegemônicos: contudo, beneficia, ao mesmo passo, as diversas formas de trabalho realizadas pelos atores não-hegemônicos” (Montenegro, 2006, p. 114 e 115).

Segundo Harvey (1982, p. 19), citado por Montenegro (2006, p. 111), o meio construído “contém muitos elementos que são consumidos coletivamente. A provisão pública de tais bens públicos é uma forma ‘natural’ de consumo coletivo”. As escolas públicas, localizadas muitas vezes no centro (ou em seu entorno) das cidades pequenas aqui estudadas, são um exemplo desses elementos, e certamente também têm seu papel na organização espacial e na dinamização econômica das cidades. É comum ver, no horário antes das aulas, no intervalo e após o término das mesmas, alunos comprando lanches em uma pequena lanchonete ou a um vendedor ambulante de salgados, sucos e outros lanches. Perpetua-se, ao mesmo tempo, a cotidianidade e o circuito inferior. As praças também têm seu papel, enquanto uma espécie de pólo de socialização dos munícipes, principalmente durante o período noturno.

No plano dos fluxos, é importante ressaltar que em relação à circulação de pessoas e ao tráfego de veículos, não existem dados oficiais, o que dificulta nossa análise. O que temos é apenas nossa análise empírica qualitativa, o exercício do olhar durante a viagem de estudo.

O que percebemos é uma circulação de pessoas bem maior no centro da cidade do que na periferia, isto é, nas áreas residenciais, seja buscando consumo, seja buscando lazer/socialização nas praças normalmente localizadas nessa área da cidade⁴. Nota-se também uma considerável circulação de estudantes nas imediações das escolas antes e imediatamente após as aulas; e uma circulação de pessoas e veículos em direção aos bancos ou caixas eletrônicos nos dias de pagamento dos benefícios da chamada economia sem produção, bem como dos funcionários públicos municipais.

No horário do almoço e algumas horas após quase não se encontra pessoas nas ruas; a maioria dos estabelecimentos do setor terciário fecham e a cidade, principalmente nas áreas onde o uso residencial é mais marcante, fica praticamente

⁴ É importante destacar que nem todas as cidades pesquisadas apresentam um tecido urbano que possibilita a distinção entre centro e periferia, como é o caso, principalmente, de Salgadinho. Nos casos em que essa distinção é possível – Santa Luzia, por exemplo – consideramos como área periférica aquela que está mais afastada do centro da cidade e na qual predomina o uso residencial.

“deserta”. Silva, Gomes e Silva (2009, p. 82) também observam esse fenômeno em pequenas cidades do Rio Grande do Norte, no contexto de uma cotidianidade pautada por hábitos, corriqueirismos e costumes:

No período vespertino, o silêncio logo após o almoço se faz marcante. A sesta é uma tradição respeitada, e o silêncio impera nessa hora do dia. [...] As redes também perpetuam outra tradição oriunda dos indígenas ajudam na convivência com o calor do lugar. E é, no embalo da rede, que a sesta e o silêncio se permeiam até o ‘sol baixar’, segundo a forma de a população denominar o fim da tarde.

Nos dias de feira a circulação de transeuntes, carros, motos e carroças é maior, e a cidade, por uma manhã (período e tempo que geralmente duram as feiras) gira em torno dela. Santos (2008, p. 356) considera o fenômeno dos mercados temporários como responsáveis em grande parte pela extensão do raio de influência do circuito inferior em pequenas cidades (ou cidades locais, terminologia usada por ele e que já demos a conhecer); considera este fenômeno como um “circuito inferior periodicamente aumentado”.

Assim, diante de uma organização espacial sobre a qual o meio construído e o sistema de fluxos têm papéis tão importantes, também consideramos a análise do quadro socioeconômico das pequenas cidades da área de estudo como componente essencial deste trabalho. O capítulo que segue traz essa análise.

CAPÍTULO 3

A SOCIOECONOMIA NAS PEQUENAS CIDADES DO SERIDÓ OCIDENTAL PARAIBANO

Para que seja possível um melhor entendimento do processo de reprodução das atividades do circuito inferior nessas cidades, faz-se necessário uma aproximação da sua realidade sócio-econômica. Para isso, não se pode negligenciar o histórico de ocupação da área, uma vez que sua atual situação é resultado de um processo de desenvolvimento e crise econômica.

O Seridó Paraibano (Ocidental e Oriental) teve a pecuária como primeira atividade econômica vindo, a posteriori, o algodão, em consórcio com as lavouras alimentares nas terras mais férteis, Nas décadas de 30 e 40 a mineração permitiu uma maior expansão econômica da região. No entanto, desde a crise do algodão nos anos 80 (que afetou a rentabilidade da pecuária) e que coincidiu com outra crise – a da mineração – a região passa por um processo de reestruturação. Dois importantes vetores dessa reestruturação são o comércio e o garimpo, este último notadamente em Junco do Seridó, município localizado na nossa área de pesquisa, que apresenta um grande potencial mineral, constituindo-se numa atividade em franca expansão (FILHO; SILVA; MOIZINHO, 2009).

Segundo dados do IBGE (2010), a Microrregião do Seridó Ocidental é formada principalmente por municípios que apresentam total populacional inferior a 15.000 habitantes. Em alguns deles, como é o caso dos municípios de Várzea e Salgadinho, o número de habitantes é inferior a 4.000 habitantes, conforme números contidos na tabela a seguir.

Tabela 01 - População urbana e rural e densidade demográfica dos municípios do Seridó Ocidental paraibano no ano de 2010

Municípios	População			Densidade*
	Urbana	Rural	Total	
Junco do Seridó	4.369	2.274	6.643	38,98
Salgadinho	1.203	2.305	3.508	19,04
Santa Luzia	13.489	1.240	14.729	32,30
São Mamede	5.929	1.819	7.748	14,60
São José do Sabugi	2.579	1.431	4.010	19,38
Várzea	1.835	669	2.504	13,15

Fonte: IBGE, 2010.

*Densidade demográfica = população absoluta/área do município.

As cidades mais populosas são Santa Luzia, São Mamede e Junco do Seridó. Um interessante aspecto revelado com a pesquisa se refere ao número de habitantes que

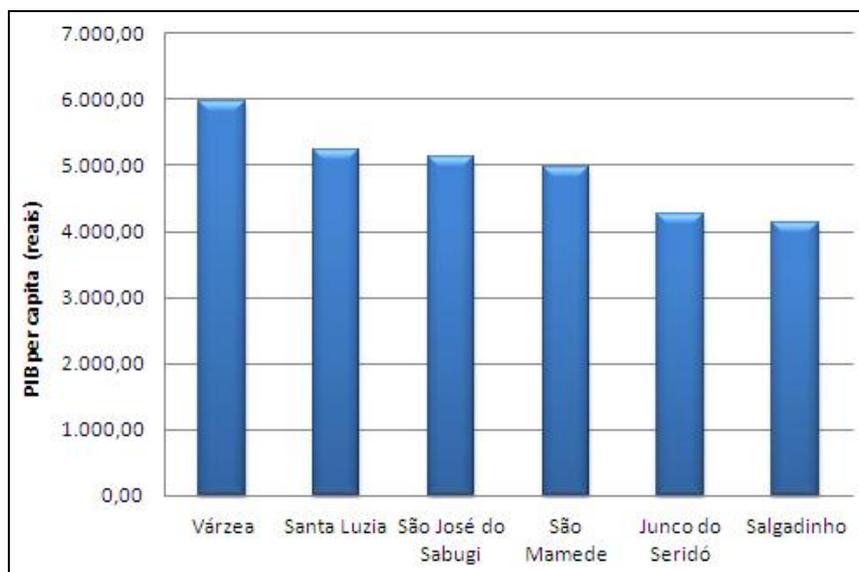
residem na zona rural do município de Salgadinho, que é 91,60% maior que o número de pessoas residentes na área urbana. Tal fato sinaliza para a predominância das atividades agropecuárias na base econômica do município, diferentemente do que ocorre nos núcleos urbanos que contam com maior adensamento populacional. Nesses, há conseqüentemente presença de mais serviços que se originaram, ou que aí estão localizados, para atender as necessidades básicas da população local e das demais cidades que compõem a Microrregião.

Como já mencionamos anteriormente, faz-se necessário compreender a cidade a partir das relações que são estabelecidas com outras cidades e o seu entorno. Além disso, e por não conseguirmos dados desagregados especificamente sobre as cidades – como o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), dentre outros –, é que consideramos a dimensão municipal. Ressaltamos que, em se tratando de uma área de estudo com população predominantemente urbana, os dados municipais também podem ser úteis para algumas análises.

Na Microrregião onde está a área pesquisada o município de Santa Luzia é o que apresenta quantitativamente o maior número de habitantes, enquanto Várzea detém o menor número de habitantes. No entanto, ambos, no ano de 2007, possuíam PIB per capita semelhante. Já o município de Salgadinho apresentou nesse período o menor índice, conforme dados apresentados no gráfico 01.

O fato de Várzea ter um PIB per capita superior aos demais municípios pode estar diretamente ligado a indicadores socioeconômicos e, sobretudo, demográficos, e não é correto dizer, a partir desse dado, que a economia é superior ao de outros municípios da microrregião. Isso porque, vale ressaltar, um município pode ter um PIB elevado, mas a sua divisão pelo número de habitantes pode resultar em um PIB per capita baixo, evidenciando concentração de renda e de atividade produtiva. Logo, como Várzea tem poucos habitantes, o seu PIB per capita se mostra elevado em relação aos outros componentes da área de estudo. Por outro lado, Santa Luzia, que é mais populosa e de maior expressão econômica da Microrregião, tem PIB per capita inferior ao de Várzea, porém maior que os de São Mamede, São José do Sabugi, Junco do Seridó e Salgadinho.

Gráfico 01 - Gráfico representativo do Produto Interno Bruto per capita dos municípios da microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba (2010)



Fonte: IBGE, 2010.

No sentido de caracterizar a qualidade de vida da população local, apresentamos na tabela abaixo dados referentes ao índice de desenvolvimento municipal.

Tabela 02 - Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM) do Seridó Ocidental da Paraíba no ano de 2010

Ranking IFDM		Municípios	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Nacional	Estadual					
2146°	8°	Várzea	0,6790	0,3694	0,8721	0,7954
2156°	9°	São José do Sabugi	0,6782	0,3245	0,7982	0,9119
2361°	12°	Santa Luzia	0,6692	0,3768	0,7667	0,8640
3104°	28°	São Mamede	0,6323	0,2533	0,7919	0,8516
4188°	122°	Junco do Seridó	0,5752	0,2397	0,6223	0,8635
4796°	190°	Salgadinho	0,5373	0,2362	0,5920	0,7837

Fonte: Firjan, 2012⁵.

⁵ A publicação foi feita no ano de 2012, mas os dados têm como base o ano de 2010.

O Índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) faz o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social de todos os municípios do Brasil com base nas três principais áreas de desenvolvimento: emprego e renda, educação e saúde.

Com base nesses dados, podemos perceber que dois dos seis municípios que compõem a microrregião estão entre os dez melhores índices do Estado, com destaque mais uma vez para o município de Várzea, que detém o 8º melhor índice da Paraíba. Apesar de ser um dado relevante é necessário analisá-lo com bastante atenção, uma vez que essa importância se dá entre municípios de um dos estados mais pobres da federação. Quando consideramos o contexto nacional, a posição ocupada pelos municípios da área de estudo é pouco animadora, revelando, portanto, a carência de suas infra-estruturas sociais e econômicas, como foi constatada com a realização da pesquisa. Por isso, não podemos falar que os municípios da microrregião estão alicerçados em bases socioeconômicas muito significantes, sobretudo se considerarmos a posição ocupada por Junco do Seridó e, principalmente, Salgadinho, tanto no contexto estadual quanto nacional. É diante dessa heterogeneidade do espaço da microrregião que achamos importante analisá-la, isto é, estudar suas partes tanto temáticas (demografia, socioeconomia, política) quanto espaciais (cidade por cidade), a fim de encontrar contradições existentes no interior da mesma.

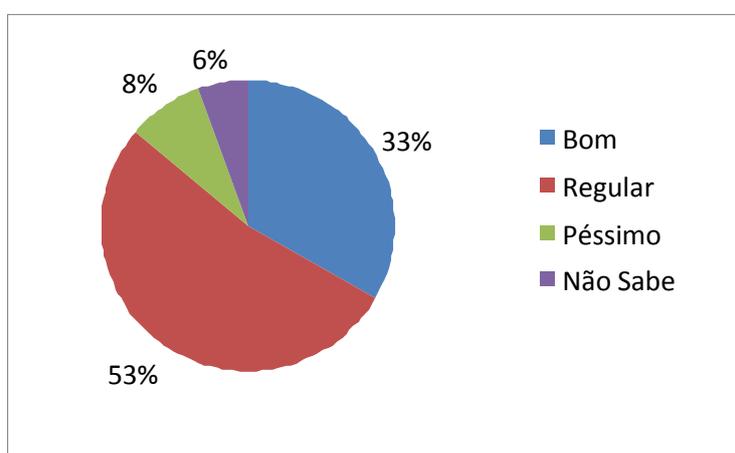
O atual processo de urbanização tem revelado que existem diferenças significativas no processo de distribuição de direitos e principalmente na perspectiva de integração e trajetória pessoal e, portanto, intensas desigualdades socioespaciais que se manifestam por meio do nível de pobreza, da segregação espacial, da exclusão e da vulnerabilidade social a que está submetida parte significativa da população da área de estudo. A pobreza a que estamos nos referindo não é somente a pobreza material, pois concordamos com Sen (2000) quando afirma que a pobreza não pode ser entendida somente à luz dos baixos níveis de renda. Se assim o fazemos, limitamos a compreensão do conceito a um critério tradicional que não considera os aspectos imateriais, que também são significativos na configuração da pobreza.

A análise do processo de produção do espaço paraibano, compreendido como resultante do processo histórico e social, coloca em evidência as diferenças geográficas, que se manifestam por meio de padrões de vida, usos e costumes, relações com o meio natural e, principalmente por forma políticas e culturais também diferenciadas. Assim,

ao trilharmos pelos caminhos da área de estudo foi possível perceber que as diferenças espaciais, relativas à presença de equipamentos urbanos para atendimento à saúde, educação, lazer e outras demandas da sociedade são mais que um simples legado histórico e geográfico.

Nessa perspectiva, e buscando uma caracterização dos serviços de saúde que estão sendo oferecidos à população e também do grau de satisfação dos moradores quanto ao suporte médico, foi perguntado aos entrevistados como eles avaliavam o atendimento hospitalar nessas cidades (Gráfico 02).

Gráfico 02 - Avaliação dos serviços médico-hospitalar.



Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

Como pode ser verificado no gráfico, a maioria dos entrevistados (53%) respondeu que avaliam o atendimento de saúde como sendo regular, enquanto que 33% avaliou como sendo bom. Ora, se é regular, acreditamos que o é por alguns motivos. Por exemplo, se atentarmos para dados do IBGE (2009), perceberemos o quanto o suporte médico existente nas cidades da microrregião é deficiente. Isso porque, de um total de 31 estabelecimentos de saúde públicos lá existentes (que representam 91,17% do total⁶), apenas dois, um localizado na cidade de Santa Luzia e outro na cidade de São José do Sabugi, têm suporte para internação hospitalar. Além disso, os principais motivos que levaram a maioria dos entrevistados a qualificar o serviço médico-hospitalar como regular dizem respeito à ausência de determinados tipos de equipamentos e exames,

⁶ Há também três estabelecimentos privados, sendo dois localizados na cidade de Santa Luzia e um na cidade de São Mamede.

além de, em alguns casos, da inexistência de médicos, ou sua periódica ausência, como destacou um dos entrevistados ao afirmar que: *Tem dia que tem médico, tem dia que não tem* (Comerciante residente em Junco do Seridó). É diante de realidades como essas que concordamos com Santos (2008) ao refletir sobre os efeitos da distância que, dentre outras coisas, tornam o pobre muito mais vulnerável na cidade pequena ou média que na metrópole econômica ou na cidade primacial.

Para qualificarmos as nossas reflexões sobre o setor de saúde, também perguntamos aos entrevistados se eles ou algum parente já haviam se deslocado para outra cidade por falta de atendimento médico local. A maioria dos entrevistados (83%) respondeu que sim, sendo os destinos mais frequentes as cidades de Campina Grande, Patos e Santa Luzia. Esse dado revela que, em se tratando do setor de saúde, sobretudo em cidades dotadas de pouca infraestrutura, deve haver maior atenção por parte dos gestores públicos municipais. Na área de estudo, com exceção da cidade de Santa Luzia, os equipamentos de saúde existentes atendem apenas os serviços de atenção básica. Nota-se também, mais uma vez, a centralidade da cidade de Santa Luzia, que também se revelou destino constante dos que procuravam melhor suporte médico dentro da microrregião.

Hoje, sabemos que alguns dos maiores problemas existentes no território brasileiro são a pobreza e a desigualdade de renda. A pobreza é uma situação socioeconômica que se acentuou no Brasil com a urbanização que ocorreu ao longo do século XX. Na microrregião do Seridó Ocidental paraibano os dados referentes à incidência da pobreza são preocupantes, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 03 - Incidência da Pobreza nos municípios da área de estudo (2003)

Municípios	Incidência da Pobreza	Índice de Gini ⁷
Junco do Seridó	58,57%	0,37
Salgadinho	51,63%	0,35
Santa Luzia	56,57%	0,43
São Mamede	59,44%	0,40
São José do Sabugi	54,31%	0,37
Várzea	46,97%	0,35

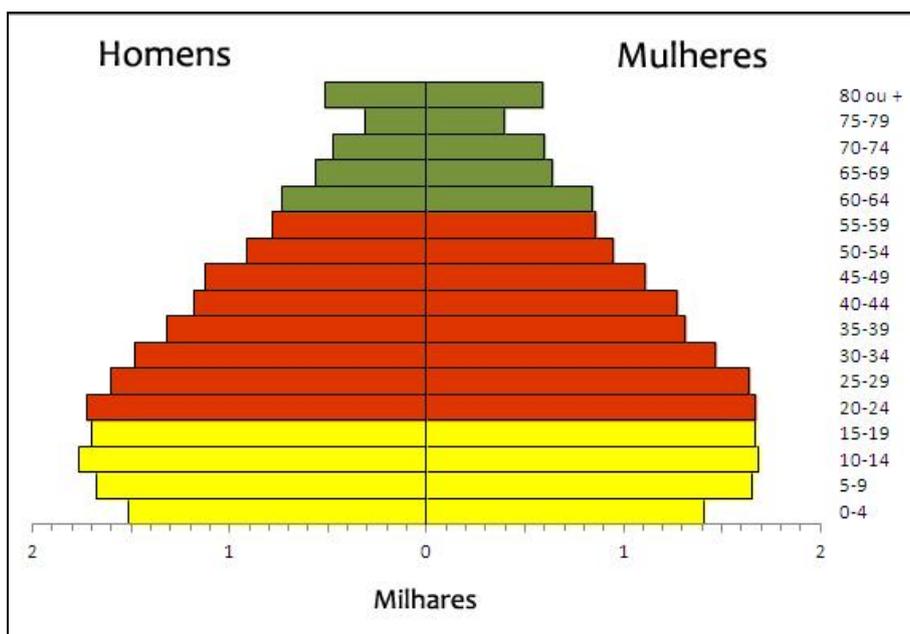
Fonte: IBGE, 2003

⁷ O Índice de Gini serve para medir a desigualdade de distribuição de renda ou de riqueza. Varia de 0 a 1, onde quanto mais próximo o valor estiver de 1 mais desigual é a distribuição de renda. Logo, 1 representa a completa desigualdade e 0 a completa igualdade.

A fim de comparações, a média estadual é de 57,48% para a incidência da pobreza e 0,46 para o índice de Gini. Temos, então, uma situação que, em termos de análise circunstanciais, comparativos e estatísticos, não é tão alarmante como em outras áreas de desenvolvimento social. Mas muitas vezes dados estatísticos não expressam a realidade de um local. Notamos também uma relação entre o índice de Gini e o número de habitantes dos municípios: os que são mais populosos têm um índice maior. Logo, podemos afirmar que o fenômeno da alta taxa populacional é um dos agentes a colaborar com o aumento da desigualdade social, fato comprovado quando soubemos que João Pessoa, cidade mais populosa e capital do Estado, tem um índice de Gini equivalente a 0,50. No geral, urbanização, pobreza e desigualdade se entrelaçam, pois são frutos de um modelo capitalista que se apresenta de forma perversa nesta contemporaneidade.

Ainda na busca de compreensão da dinâmica socioterritorial da área de estudo, procedemos a um levantamento da pirâmide etária, tendo em vista a leitura da estratificação da população por faixas de idades, o que possibilita, por exemplo, a compreensão da dinâmica populacional, a distribuição por sexo e o público a ser atingido por determinadas políticas públicas (Gráfico 03).

Gráfico 03 - Pirâmide etária da microrregião do Seridó Ocidental Paraibano, 2010.



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

Com a análise dos dados contidos na figura percebemos que, apesar de a maior concentração acontecer na faixa etária de 10 a 19 anos, a população entre 20 a 29 anos de idade também se mostra numerosa. Essa é a faixa de idade em que normalmente as pessoas estão passando de uma faixa etária jovem para uma vida adulta, assumindo responsabilidades, formando famílias e entrando no mercado de trabalho, além de estarem em busca de uma melhoria no padrão de vida. Logo, consideramos que se faz necessário a adoção de políticas públicas que prezem a inserção no mercado de trabalho, por meio de cursos profissionalizantes e melhorias na questão do emprego, tanto para a população masculina (que na referida faixa etária é maior que a população feminina), quanto para as mulheres, pois se sabe que, no mundo contemporâneo, o número de mulheres consideradas como “chefes da família” também vem aumentando de forma considerável.

Outro dado que nos chamou atenção diz respeito ao predomínio da população do sexo feminino na faixa etária de 60 a 69 anos. Isto indica a baixa expectativa de vida da população masculina. Este dado, presente em diversos estados brasileiros, vem chamando atenção de muitos órgãos que tentam solucionar o problema alertando sobre o dado e tentando educar a população masculina para que tenham mais cuidado com a saúde.

No geral, em muitos países subdesenvolvidos a população idosa é menos numerosa que a população adulta. Mas esta situação está mudando em todo o Brasil, que já conta com crescente avanço da população com mais de 60 anos em sua pirâmide etária nos últimos anos, avanço este fruto de melhorias na medicina, da maior presença de hábitos saudáveis na população brasileira e do desenvolvimento de programas governamentais de vacinação e de assistência ao idoso.

Como consequência das dificuldades de inserção da população no mercado de trabalho, vez que as atividades comerciais e de serviços não dão conta de empregar todas as pessoas e que o ingresso nas atividades públicas ocorre por meio de concursos (além de terem um número de vagas restrito), muitas pessoas ainda migram para outros centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Na falta de experiência e especialização em alguma atividade profissional, aqueles que não optam pela migração se submetem a atividades temporárias na mineração e na construção civil. Isso se aplica principalmente a população masculina, pois as mulheres dedicam mais tempo a serviços domésticos em seus lares ou na moradia de terceiros. É importante

ressaltar que a questão da cotidianidade, tão viva e evidenciada nas pequenas cidades, é mais forte na população de sexo feminino, pois na maioria dos casos as únicas atividades vivenciadas por elas são as atividades domésticas e maternas (SILVA; GOMES; SILVA, 2009).

Como já dissemos, consideramos a educação como fator decisivo no desenvolvimento de uma sociedade, na inserção da população do mercado de trabalho e, dessa forma, na garantia de condições dignas de vida, além de ser primordial para uma caracterização das pequenas cidades aqui estudadas. Nos dizeres de Silva, Gomes e Silva (2009, p. 181), “a transformação de uma sociedade desigual para uma outra mais equânime se dará, dentre outros caminhos, pelo acesso e pela melhoria da qualidade do ensinar e aprender nesta era informacional”. Por isso, pesquisamos alguns dados referentes à educação. Neles, merece destaque, mais uma vez, o município de Várzea que, mesmo sendo o que tem o menor número de habitantes, apresentou, em 2011, os melhores índices educacionais (tabela 04), sendo o único a superar a meta estipulada pelo governo federal que é de, no mínimo, 6.0 (índice que se compara ao apresentado atualmente pelos países desenvolvidos que adotam sistemas semelhantes de avaliação da educação nacional). A nosso ver, isso não está relacionado ao fato deste ser ou não um pequeno município, mas sim, expressa, provavelmente, a eficácia e os investimentos realizados pela administração pública de Várzea.

Tabela 04 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da microrregião do Seridó Ocidental em 2011 e projeções (2011 e 2015).

Municípios	IDEB 2011	IDEB 2011 (meta projetada)	IDEB 2015 (meta projetada)
Junco do Seridó	3.5	3.1	3.7
Salgadinho	4.4	3.5	4.0
Santa Luzia	4.2	3.2	3.8
São Mamede	4.7	4.3	4.9
São José do Sabugi	3.8	3.3	3.9
Várzea	6.5	5.8	6.3

Fonte: Inep, 2011.

O IDEB é calculado pelo Ministério da Educação tendo por base a taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão), o desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Portanto, relaciona dados importantes da Educação básica e reflete também a qualidade da educação escolar no

Brasil. A Prova Brasil contribui para a realização de mais investimentos em programas que visam a melhoria do ensino, em particular o ensino fundamental, em diversos municípios brasileiros. Além disso, contribui para que a própria sociedade reflita como as crianças estão sendo formadas, quais as possibilidades que elas terão no mundo do trabalho e qual o papel que elas terão como cidadãs conscientes, com direitos e deveres garantidos.

É importante registrar que todos os municípios superaram a meta projetada do IDEB para o ano de 2011, sendo que três deles já apresentam nota superior à meta projetada para 2015 – Salgadinho, Santa Luzia e Várzea. O caso de Salgadinho também ganha certo destaque devido ao fato de ter obtido em 2007 uma nota equivalente à 3.0, não ter realizado o exame em 2009 e, no ano de 2011, ter alcançado o terceiro melhor índice da região.

O alcance de índices que superam as metas projetadas pelo Ministério da Educação nos permite inferir que, provavelmente, há na área de estudo o desenvolvimento de programas de melhoramento do ensino e investimentos por parte das administrações públicas municipais, bem como uma gestão responsável e consciente na aplicação dos recursos destinados pelo governo federal a partir do FUNDEB, que tem contribuído para a melhoria dos indicadores educacionais dos municípios.

No que se refere aos aspectos urbanos e regionais, o estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizado pelo IBGE, mostra que Várzea, São Mamede, Junco do Seridó, Salgadinho e São José do Sabugi se configuram dentro da hierarquia urbana paraibana, bem como da própria Microrregião onde estão inseridos, como centros locais, ou seja, que exercem uma maior influência apenas dentro da área de abrangência do próprio município, excetuando-se Santa Luzia que, dentro da hierarquia urbana, é caracterizado como um centro de zona de nível B. Segundo a classificação do REGIC (2007), Santa Luzia tem influência não só no interior dela mesma, mas extrapola as suas fronteiras; no entanto, restringe-se às cidades vizinhas e aquelas com os quais mantêm relações políticas e econômicas mais intensas. Neste caso, seu raio de influência abrange São José do Sabugi e, principalmente, Várzea.

Ao questionarmos algumas pessoas que residem na cidade de Junco do Seridó, fomos informados que as atividades econômicas mais importantes dizem respeito ao comércio e a mineração, a qual está voltada, sobretudo, para o comércio externo. Segundo informações de um dos moradores da cidade, os minerais mais extraídos são o

caulim e o quartzito. Também fomos informados que trabalhadores “arrendam” minas para executarem a exploração mineral, fazendo com que grande parte dos lucros permaneça concentrada nas mãos dos proprietários das minas, os quais não são da cidade e nem tampouco do estado da Paraíba, uma vez que algumas dessas minas pertencem a empresas estrangeiras. Isso nos leva a uma constatação: a riqueza mineral do lugar não se traduz necessariamente em riqueza para a população que habita no recorte espacial do estudo. Como bem redefiniu Santos (1998, p. 18-19): o lugar como “ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais”, fruto da globalização contemporânea de que aqui tratamos.

A mineração também desponta como importante atividade econômica em Várzea, responsável por ocupar boa parte da população. Conforme notícia publicada pela Agência SEBRAE de Notícias, é na Serra do Poção, que tem aproximadamente 25 quilômetros, que está a riqueza mineral do município, de onde é extraída o quartzito tão necessário para a economia local.

Na busca de uma breve caracterização do perfil das empresas instaladas nas cidades da microrregião em tela, coletamos dados referentes ao número de empresas e de outras organizações comerciais. Descobrimos que, de um total de 722, a maioria das empresas (50,96%) estão voltadas para o setor de comércio (IBGE, 2006). O que explicaria tamanho predomínio do setor terciário nessas pequenas cidades? Em primeiro lugar, este predomínio não é exclusivo das cidades pequenas, uma vez que tem sido muito mais forte em cidades médias e grandes, resultado de uma reorganização produtiva imposta pela modernização tecnológica. Em segundo lugar, em muitas cidades pequenas do Nordeste brasileiro, o inchaço do terciário é apenas uma demonstração, dentre outras coisas, da incapacidade dos demais setores em absorverem a massa de camponeses expulsa das atividades agropecuárias (ASSIS; ARAÚJO, 2009). A tabela a seguir mostra o número de empresas existentes em cada município.

Tabela 05 - Número de empresas e de outras organizações comerciais existentes nos municípios do Seridó Ocidental paraibano – 2006

Municípios	Número de empresas e de outras organizações – comércio	Número de empresas e de outras organizações – total
Junco do Seridó	35	74
Salgadinho	4	36
Santa Luzia	199	339
São José do Sabugi	30	70
São Mamede	84	159
Várzea	16	44
Total	368	722

Fonte: IBGE, 2006

Os dados contidos na tabela acima expressam como Santa Luzia e São Mamede se destacam no contexto microrregional como sendo as cidades que apresentam o maior número de empresas que se dedicam as atividades de comércio, respectivamente com 58,70% e 52,83%. A presença destes empreendimentos comerciais desempenha um papel importante tanto na dinâmica econômica local quanto no aumento do número de pessoas ocupadas nas atividades do setor terciário. Esse é um dado que consideramos relevante, principalmente se considerarmos que na área pesquisada é expressiva a incidência da pobreza e do desemprego, conforme já foi visto anteriormente. O número extremamente reduzido de atividades comerciais na cidade de Salgadinho ratifica as informações mencionadas anteriormente, isto é, a base econômica do município é agropecuária.

Tornou-se evidente, com a análise dos dados, que o comércio, no circuito inferior, ocupa um número considerável de pessoas, fato explicado em parte porque, para entrar nessa atividade, “só se tem necessidade de pequena soma de dinheiro e pode-se apelar para o crédito (pessoal), concedido em dinheiro ou em mercadorias; não é necessário ter experiência e é fácil escapar ao pagamento de impostos” (SANTOS, 2008, p. 209). Além disso, entendemos o comércio como um importante elemento constituinte do urbano, pois é lá onde podemos apreender a gênese e a dinâmica das pequenas cidades (GOMES; ASSIS, 2008).

Com a pesquisa, constatamos que o comércio é variado e se concentra nas áreas centrais das cidades (Fotografia 02). Nesse aspecto, um dado nos chamou atenção: diversos estabelecimentos estão localizados na residência de seus proprietários

(Fotografia 03). Esse tipo de comércio, denominado de *base familiar*, funciona geralmente como uma estratégia de complementação de renda ou se constitui na única fonte de renda da família.

Fotografia 02 – Fachada de lojas comerciais no centro da cidade de Santa Luzia.



Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

Fotografia 03 - produtos à venda em comércio de base familiar na cidade de São José do Sabugi.



Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

As atividades comerciais de base familiar possuem um caráter mais solidário, pois todos se conhecem numa pequena cidade. O ato de “pechinchar” (tentativa do cliente de conseguir abatimentos no preço dos produtos ou serviços), bem como a adoção de cadernetas de “fiado” (onde o comerciante registra as vendas a determinado cliente para que ele as pague em conjunto, em data especificada através de comum

acordo) são comuns no comércio e estes se moldam à realidade socioeconômica das pessoas, pois “multiplicam-se no território, (...) formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos, dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde estão inseridos.” (MONTENEGRO, 2006, pg. 166). É comum nas pequenas cidades pesquisadas esse fenômeno da coletividade, ficando praticamente ausentes práticas individualistas e impessoais. Verificamos isso com a pesquisa empírica, pois quando questionados se vendiam no crediário, 69% dos entrevistados responderam que sim e que a forma de pagamento mais utilizada era a promissória. Mesmo assim, parte significativa admitiu que vender produtos nessa forma de pagamento não compensava ou que era inviável para o desenvolvimento de seu negócio. Alguns comerciantes declararam ter mais confiança nos aposentados e clientes de longa data, sendo estes muitas vezes os únicos “autorizados” a terem caderneta e comprar no fiado. Outra característica marcante desse tipo de comércio é o emprego de *cash* (dinheiro em espécie), enquanto uma necessidade primária das atividades realizadas com baixo capital, tornando-se praticamente inutilizáveis ferramentas e práticas modernas tão presentes nos grandes estabelecimentos como, por exemplo, o cartão de crédito. Foram poucos os proprietários de lojas comerciais que afirmaram vender seus produtos com a utilização de cheque ou cartão de crédito.

As principais fontes dinamizadoras do comércio nas pequenas cidades da área de estudo são as rendas oriundas das aposentadorias e dos salários dos funcionários públicos. Um morador, inclusive aposentado rural, pai de um comerciante em São José do Sabugi, chegou a dizer: “*se não fosse os aposentados, não tinha comércio*”. Essa fala é bem ilustrativa, pois expressa a importância da previdência social não só para a economia da cidade, mas para a própria melhoria das condições de vida da população.

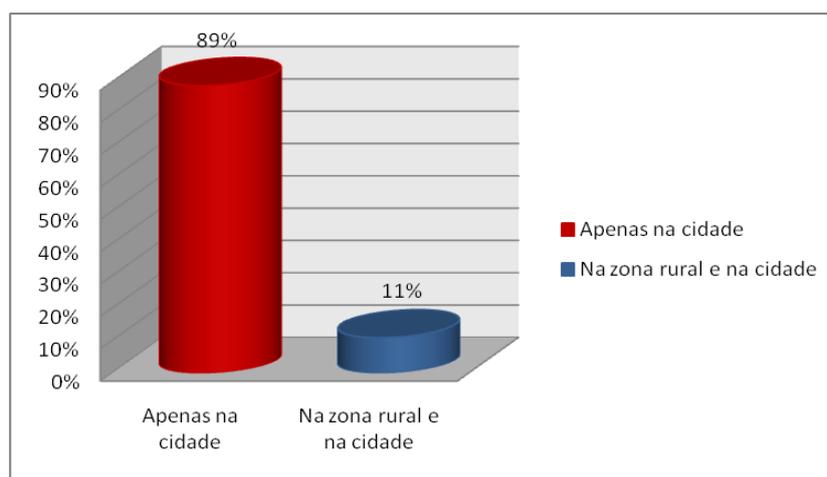
O comércio nas pequenas cidades brasileiras, de forma geral, ainda se desenvolve com técnicas tradicionais, mas a modernização, a inovação e a “imitação” se fazem presentes (GOMES; ASSIS, 2008). Observamos isso em muitos estabelecimentos de pequeno porte, que comercializam produtos importados e eletrônicos oriundos de outros países, como a China. Nesses espaços, de certo modo, a globalização se faz presente e também alcança os mais humildes. Essas são formas de trabalho que caracterizam o circuito inferior da economia urbana tanto numa grande metrópole, como é o caso de São Paulo, quanto nas cidades pequenas da área de estudo.

Apesar da ampla atuação das financeiras concedendo o chamado “crédito fácil”, apenas 26% dos entrevistados afirmaram ter contraído crédito para a abertura de seu negócio ou estabelecimento comercial. A nosso ver, esse baixo número de empréstimos resulta da despreensão dos proprietários em endividar-se, na medida em que procuram uma maneira menos “arriscada” de criar seu próprio negócio. A opção, salvo exceções, acaba sendo a do crescimento lento e gradativo, buscando sempre capital próprio, ainda que pequeno, para investir em seu estabelecimento. Cabe acrescentar que uma pequena parcela dos entrevistados recebeu ajuda financeira de familiares. Também constatamos que alguns estabelecimentos comerciais existentes na área pesquisada são “negócios de família”, os quais, ao longo do tempo, foram/são passados de “pai para filho”.

No que se refere aos comerciantes que relataram ter um estabelecimento mais estruturado, estes afirmaram que compram no atacado aos representantes comerciais de distribuidoras que atuam na região e, assim, não precisam se deslocar para adquirir os produtos nos centros de distribuição.

Com a pesquisa de campo, foi possível constatar que alguns comerciantes entrevistados não eram donos do estabelecimento, mas sim apenas administravam o negócio durante a ausência dos proprietários, os quais, na maioria das vezes, são parentes que estavam exercendo outra atividade.

Gráfico 04 - Local de trabalho dos comerciantes pesquisados



Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

Além disso, também nos chamou atenção a comercialização de produtos oriundos da produção própria, sobretudo nos estabelecimentos comerciais em que o

proprietário ainda mantém fortes ligações com a atividade rural, sendo o trabalho no campo uma via de abastecimento de seu comércio ou, na maioria das vezes, mais uma estratégia de complementação da renda familiar. O gráfico 04 expressa o percentual de comerciantes entrevistados quanto aos locais de trabalho.

Essas constatações reafirmam a nossa compreensão de que o comércio tem a capacidade de revelar a evolução do espaço urbano, das práticas de consumo da sociedade (PINTAUDI, 2002 *apud* GOMES; ASSIS, 2008) e das relações com o meio rural. Além de ser responsável pela comercialização de produtos alimentícios produzidos por agricultores da zona rural – conforme atribui Santos (2008, p. 361), “é ao circuito inferior que cabe a tarefa de manter relações constantes com o campo” – o comércio também tem a capacidade de manifestar a importância da “economia sem produção⁸” para a economia urbana. É nos dias de pagamento dos benefícios, assim como do funcionalismo público municipal, que se tem a noção exata da importância dessa economia, principalmente nas cidades dotadas de melhor infraestrutura. É nesse momento que se verifica, mesmo por curto período de tempo, uma intensificação no setor terciário devido à busca de produtos e serviços nos estabelecimentos existentes no espaço urbano, nos quais predominam atividades do circuito inferior. Por isso, um olhar para as feiras locais, os comércios de base familiar e outras atividades do circuito inferior se faz necessário por parte do poder público municipal, no sentido de dar suporte e uma melhor estrutura para que estes venham se desenvolver. Ações semelhantes às medidas adotadas por outras gestões municipais, a exemplo da Prefeitura de João Pessoa, como o Empreender JP, seriam imprescindíveis.

Durante a realização da pesquisa, observamos quais os estabelecimentos mais presentes nas cidades estudadas, dentre os quais podemos destacar: minimercados, eletrônicas, locadoras, farmácias (inclusive uma veterinária), borracharias, padarias, lojas de informática, lanchonete, magazines, lan houses, bancas de revista, lojas de roupas e calçados, joalherias, perfumarias, etc.

Com relação às lojas de roupa, existe uma quantidade significativa e que nos chamou atenção. Observamos que, não raras vezes, as lojas eram abastecidas por trabalhos de confecção da(o) própria(o) proprietária(o), que em sua maioria eram

⁸ O termo *economia sem produção*, vale ressaltar, se aplica aos aposentados e aos beneficiários do programa do governo federal Bolsa Família, pois os benefícios dessa categoria “são pagos sem a exigência de qualquer contrapartida contemporânea de prestação de serviços produtivos” (GOMES, 2001, p. 149).

mulheres. Talvez a maior especialidade da confecção de roupas para a importância do trabalho do circuito inferior seria justamente a dificuldade em se automatizar as etapas de fabricação, notadamente a fase da costura, o que mantém uma das principais características desse tipo de atividade, que é a de ser trabalho-intensivo (MONTENEGRO, 2006). Ocorre também que, sendo a industrialização ainda pequena e o preço da roupa fabricada, frequentemente importada, elevado, a profissão de costureira acaba se proliferando nas cidades (SANTOS, 2008), sobretudo nas pequenas.

Analisando particularmente cada cidade, percebemos as disparidades existentes entre elas no que diz respeito à infra-estruturação urbana e aos setores de comércio e serviços. Apesar de termos clareza das limitações e dificuldades provocadas pela pesquisa, estabelecemos uma classificação das cidades pesquisadas (quadro 02), a partir dos dados coletados sobre as atividades de serviços e de comércio que são disponibilizados, no intuito de compreendermos melhor como se dão essas diferenciações.

Quadro 02 - Classificação das cidades pesquisadas a partir das atividades de comércio e de serviços disponibilizados, 2011

Ordem	Cidade
01	Santa Luzia
02	São Mamede
03	Várzea
04	Junco do Seridó
05	São José do Sabugi
06	Salgadinho

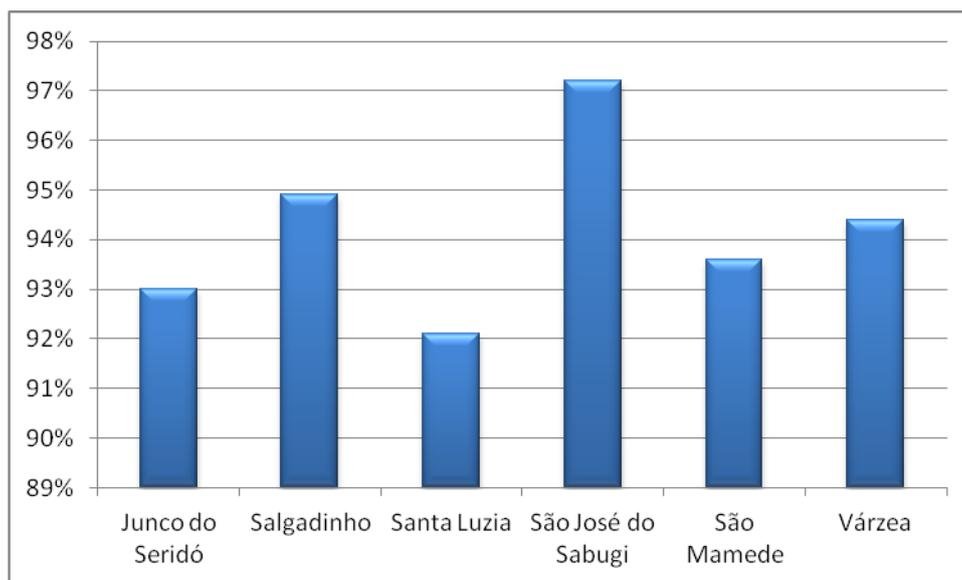
Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

É importante destacar que a atividade econômica não é (e nem deve ser) a única capaz de dinamizar a economia de uma pequena cidade e caracterizá-la. Estas têm valores culturais, históricos e ecológicos que representam e podem representar ainda mais uma melhora da economia da cidade, bem como da vida da população local. Estes valores estão presentes nas feiras, nas festas, nas tradições culturais e nos bens naturais, importantes vetores econômicos que podem agregar força e dinamismo à economia da cidade. Nesse aspecto, além do pequeno comércio, das aposentadorias e dos salários dos funcionários públicos, as festas de padroeiros, principalmente São João e São Pedro, são

extremamente necessárias para a economia local, na medida em que atraem turistas e pessoas que têm parentes nas cidades pesquisadas.

Outro dado importante que selecionamos diz respeito à população economicamente ativa ocupada nos municípios do Seridó Ocidental da Paraíba, no ano de 2010 (gráfico 05).

Gráfico 05 – Porcentagem de pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas ocupadas (2010)



Fonte: IBGE, 2010.

Em se tratando do número total de ocupados, o município de Santa Luzia apresenta um indicador bem maior (5622 pessoas ocupadas), seguido de São Mamede (2726 pessoas ocupadas) e Junco do Seridó (2435 pessoas ocupadas). Mas este dado mostra apenas o óbvio, uma vez que se trata apenas de um indicador de certa forma proporcional ao número de habitantes (o número de pessoas ocupadas tende a ser maior nos municípios mais populosos). Portanto, valendo-se da porcentagem de pessoal ocupado, temos uma maior noção do alcance do emprego (e, assim, também do desemprego). Um fenômeno se tornou bem claro na análise do gráfico: as cidades que têm maior número de habitantes (Santa Luzia, Junco do Seridó e São Mamede) são aquelas que apresentam as menores porcentagens de pessoal ocupado. É assim na maioria das cidades brasileiras, isto é, quanto mais uma cidade cresce demograficamente, mais ela tende a apresentar problemas para ofertar emprego para a população. Cresce a população, cresce também o desemprego.

Com a finalidade de avaliar a migração decorrente da busca dos moradores por melhores condições de vida, que consideramos ser pautada pela educação de qualidade, procuramos saber dos sujeitos pesquisados quantos deles tinham parentes que migraram para morar ou estudar em outras cidades. Esse é um dado que também consideramos importante, pois pode influenciar de algum modo a organização socioespacial da microrregião, caso, no futuro, haja um retorno do migrante e que este possa efetivamente participar de um processo de melhoria das condições locais. Dos entrevistados, apenas 22% afirmaram ter algum parente estudando em outras cidades, o que nos leva a inferir que esse percentual revela a dificuldade que muitas famílias têm para proporcionar uma educação de qualidade para seus integrantes, devido às condições socioeconômicas que possuem, as quais, na maioria das vezes, possibilitam apenas o alcance de serviços de atenção básica e inadiáveis.

Temos conhecimento que, na área de estudo, assim como nas demais pequenas cidades do estado da Paraíba, a principal fonte geradora de emprego é o setor público e que este não é capaz de absorver a mão de obra disponível, o que de certo modo contribui para o entendimento da significativa presença de comércios de base familiar e também das atividades econômicas informais. Estas estariam sujeitas a aumentar na medida em que as pessoas não conseguissem emprego no setor público, na mineração ou em outros setores econômicos. Em uma frase poderíamos dizer que a ordem é: “já que não consigo achar emprego, vou criar meu próprio negócio”. Entretanto, uma notícia publicada pela Agência SEBRAE de Notícias em 21 de Março de 2010, destaca o município de Várzea como sendo aquele em que “não há desempregados”, vez que toda a população estaria empregada, seja no serviço público municipal ou na mineração. A renda média dos garimpeiros é equivalente a R\$ 1.000,00. Claro que a expressão “não há desempregados” se trata de um exagero, uma vez que a figura 05 indica que 5,6% da população economicamente ativa de Várzea não está ocupada.

Para termos uma maior clareza da situação das cidades pesquisadas frente à era da informação em que vivemos, pesquisamos sobre a existência de meios de comunicação. Constatamos que neste aspecto se destaca, mais uma vez, a cidade de Santa Luzia, como sendo a que dispõe de maior número de equipamentos de comunicação e de entretenimento disponíveis gratuitamente para a população, como pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 06 - Meios de comunicação existentes nos municípios do Seridó Ocidental Paraibano (2007)

Municípios	Rádio	Canais de TV aberta	Provedor de internet
Santa Luzia	Uma comunitária e uma rádio FM local	Mais de cinco	Um provedor
São Mamede	Uma comunitária	Quatro canais	Não
São José do Sabugí	Não	Dois canais	Não
Salgadinho	Uma comunitária	Três canais	Não
Várzea	Não	Três canais	Um provedor
Junco do Seridó	Uma comunitária	Três canais	Não

Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (CNM), 2007.

Confrontando dados econômicos obtidos durante a pesquisa com os que são expressos na tabela acima, constatamos que os municípios que detém o maior PIB per capita, no caso Santa Luzia e Várzea, são os que também apresentam maior quantidade de meios de comunicação modernos, como, por exemplo, a internet. Porém, cabe registrar que a presença de provedores de internet não é exclusiva daquelas cidades, haja vista que ao realizarmos o trabalho de campo na cidade de Junco do Seridó constatamos a presença de sete pequenas “lan houses”, reforçando a concepção de um circuito inferior em processo de redefinição a partir de variáveis chaves do mundo moderno. Estas são frutos das modernizações e inovações tecnológicas que também alcançam os pequenos centros urbanos dos países pobres, pois a informação está a serviço do consumo e este por sua vez atua na transformação da economia, na organização do espaço e na transformação da própria sociedade (SANTOS, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas pequenas cidades do Seridó Ocidental paraibano a maioria dos habitantes tem uma renda relativamente baixa, existem poucos assalariados e parte expressiva está ocupada em atividades do circuito inferior da economia. É esse circuito inferior que tem oferecido à população mais pobre a possibilidade de ter renda e, dessa forma, poder sobreviver e consumir; destacamos também a importância das rendas oriundas de transferências governamentais como o programa bolsa família e a previdência social, muitas vezes responsáveis por transformar a ocupação em atividades econômicas de base familiar em uma fonte complementar de renda, ou vice-versa. Assim, estaríamos autorizados a dizer que, de uma forma ou de outra, e variando o grau de intensidade de lugar para lugar, a economia sem produção influi, dinamiza e, algumas vezes, é responsável pelas ações desenvolvidas no meio construído, uma vez que muitos dos estabelecimentos comerciais são de base familiar e, em alguns casos, são “financiados” com a renda oriunda desses benefícios. É por isso que argumentamos em favor do comprometimento que o Estado precisa ter com as pequenas economias do circuito inferior, no sentido de dar assistência e assim proporcionar um desenvolvimento econômico-social e não só um desenvolvimento econômico materializado principalmente nas grandes parcerias e investimentos que o poder público tanto busca com as grandes empresas privadas.

Mas, para além de uma fonte de reprodução da vida da população economicamente menos favorecida, o circuito inferior é também responsável pela perpetuação da pobreza. É nesse sentido que circuito inferior e pobreza são sinônimos (Santos, 2008).

Acrescentamos também que, mesmo as pequenas atividades desse circuito pobre da economia não dominando as variáveis-chaves do período da globalização contemporânea, esses atores não-hegemônicos não deixam de utilizá-las e de participar dos processos que definem o período atual (Montenegro, 2006); essas atividades consistem, na verdade, em outras formas de racionalidade diante dessas variáveis, questionando-as e adaptando-as conforme dispõem de um aparato material e imaterial para isso.

Entendemos que a área de estudo apresentou uma significativa heterogeneidade. Cada cidade revelou particularidades, o que suscitou a necessidade de percorrermos e aplicarmos questionários de estudo de campo em cada uma delas, como assim o

fizemos. Socioeconomicamente, a cidade de Várzea se destacou, apresentando índices sociais muito animadores se comparados com os outros da microrregião e até do Estado, que vão desde o PIB per capita, os índices educacionais, de emprego e de acesso informacional. Santa Luzia também se destacou economicamente e, hierarquicamente, tem uma forte influência no contexto da microrregião, principalmente por concentrar serviços mais especializados. Salgadinho, pelo contrário, ainda demonstra uma urbanização extremamente tímida, e isso ficou bem claro tanto nos estudos de gabinete quanto na ida à campo: a cidade – que pouco tem de uma – tem pouco mais de mil habitantes, enquanto que a zona rural apresenta quase o dobro.

Por último destacamos que, apesar de termos chegado ao encerramento do presente trabalho, não consideramos o tema esgotado. Muito pelo contrário: a pesquisa de referencial teórico, as diversas leituras e a análise empírica e de dados secundários foi nos revelando cada vez mais um infinito horizonte de pesquisa e estudo. Destarte, esperamos ter contribuído com o estudo desses dois temas balizadores do trabalho e, aproveitando a oportunidade, (re)alertamos sobre a necessidade de valorizá-los: os circuitos da economia urbana, neste caso, o inferior; e a pequena cidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Mônica. **A economia invisível dos pequenos**. [s.l.: s.n.], 2008. Disponível em: < <http://diplomatique.uol.com.br>> Acesso em: 28 de Janeiro de 2011.

ASSIS, Lenilton Francisco de; ARAÚJO, Francinelda Ferreira de. **A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil)**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de julio de 2009, vol. XIII, núm. 294. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-294.htm>> Acesso em: 15 de Janeiro de 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre pequenas cidades**. Território/Lajet, Rio de Janeiro, n.6, p. 43-53. jan/jun, 1999.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná** (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/06/06_angela.pdf> Acesso em: 15 de Janeiro de 2013.

FILHO, Ernani Martins dos Santos; SILVA, Paulo Sérgio Gomes; MOIZINHO, Waltebergue Honório. **Caracterização das microrregiões do Seridó Ocidental e Oriental da Paraíba**. X EREG, 2009.

GOMES, Gustavo Maia. Aposentados e funcionários públicos: A economia sem produção. p.145-175. In: **Velhas Secas em novos sertões: Continuidades e mudanças na economia do semi-árido dos cerrados nordestinos**. IPEA, Brasília, 2001. 326p

GOMES, Maria Ferreira; ASSIS, Lenilton Francisco de. **A dinâmica e a crise do comércio na cidade pequena de Cariré (CE)**. In: Revista Geografar. Curitiba, v.3, n.2, p.13-33, jul./dez. 2008.

OLANDA, Elson Rodrigues. **As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia**. Ateliê Geográfico: Goiânia, v. 2, n. 4, p.183-191, agos/2008. Disponível em: < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4699/3956>> Acesso em: 15 de Janeiro de 2013.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. **A expansão e a redefinição do circuito inferior da economia urbana da cidade dos países subdesenvolvidos no período atual**. Anais do XII SIMPURB, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª Ed., 1ª reimpr. – São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico- científico-informacional**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

- _____. **Espaço e Sociedade**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SILVEIRA, Maria Laura. **Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana**. São Paulo: USP, 2008. (Mimeo.)
- _____. **Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo**. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009.
- MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. 186f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- SILVA, Anieres B. da; GOMES, Rita de Cássia da C.; SILVA, Valdenildo Pedro da. **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFRRN, 2009.
- SILVA, Anieres B. da; SILVA, Valdenildo P. da. O circuito inferior e o meio construído em cidades pequenas do semiárido nordestino: algumas considerações. In: BATISTA FILHO, Malaquias; MIGLIOLI, Teresa. C. (organizadores). **Viabilização do semiárido do Nordeste: um enfoque multidisciplinar**. Recife: LICEU, 2010.
- SISTEMA FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**, Ed. 2012 – Ano base 2010. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>> Acesso em 16 de Março de 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 16 de março de 2013.
- _____. **Regiões de Influência das Cidades (REGIC)** – 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 16 de março de 2013.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CNM. **Dados estatísticos**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em 20 de novembro de 2009.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Índice de desenvolvimento da educação básica**, 2011. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br>> Acesso em 16 de março de 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

APÊNDICES

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS

CIDADE: _____ DATA: ____/____/____

COMÉRCIO E SERVIÇOS			
TIPO	CONTÉM (X)	TIPO	CONTÉM (X)
Restaurante		Tecido	
Mat. De Construção		Calçados	
Eletrodoméstico		Bares	
Confecção		Móveis	
Lanchonete		Salão de Beleza	
Farmácia		Lan House	
Mat. Eletrônico		Cosméticos/Perfumaria	
Borracharia		Posto de Combustível	
INFRA-ESTRUTURA URBANA			
EQUIPAMENTOS URBANOS	QUANT.	EQUIPAMENTOS URBANOS	QUANT.
Posto de Saúde		Universidade	
Posto Telefônico		Praça	
Hospital		Igreja	
Mercado Público		Clubes	
Bancos		Feira Livre	
Delegacia		Correios	
Matadouro		Maternidade	
Creche		Cartório	
Telefonia Celular		Cemitério	
Laboratório		Casa de Cultura	
Telecentro / Inclusão Digital		Casa de Show	
Escola Ens. Fundamental		Escola Ens. Médio	
Correspondente Bancário			

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS
ROTEIRO DE ENTREVISTA

CIDADE: _____ DATA: ____/____/____

NOME DO ENTREVISTADO:

1. Tem hospital na cidade?

Sim. Não.

2. Como o Sr(a) avalia o atendimento hospitalar?

Bom. Regular. Péssimo.

Por quê? _____

3. Você ou alguém da sua família já precisou se deslocar para outra cidade por falta de atendimento médico local?

Sim. Qual? _____

Não.

4. O Sr(a) é proprietário de estabelecimento comercial?

Sim. Não.

Em caso de resposta afirmativa:

4.1. Que tipo de comércio? _____

4.2. Qual o período mais dinâmico da atividade comercial?

4.3. Vende no crediário?

Sim. Como é a forma de pagamento? _____

Não. Por quê? _____

4.4. O Sr(a) recebeu ajuda financeira para abrir o seu estabelecimento comercial?

Sim. De que? _____ Não.

4.5. Qual a origem dos produtos comercializados no seu estabelecimento comercial?

Em caso de resposta negativa:

4.6. Tem vontade de ter seu próprio negócio?

Sim. Não.

Por quê? _____

5. Tem idoso morando na sua casa?

Sim. Não.

5.1. É aposentado? Sim. Não.

5.2. Qual a importância da aposentadoria para a renda da família?

6. Tem alguém da família estudando fora?

Sim. Em que cidade? _____

Não.

7. Onde exerce suas atividades profissionais/trabalho?

Na zona rural do município.

Na sede do município.

Na zona rural de outro município. Qual? _____

Em outra cidade. Qual? _____